

# A peculiaridade da transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930

Ronaldo Herrlein Jr.\*

## 1. Introdução

Este breve ensaio resume as principais conclusões da tese de doutoramento do autor<sup>1</sup> — um estudo da história econômica do Rio Grande do Sul, que caracteriza o desenvolvimento capitalista nessa região durante a Primeira República (1889-1930). Nosso estudo fundamenta a hipótese de que a sociedade gaúcha experimentou um processo peculiar de transição para as relações capitalistas de produção, com características divergentes da transição nas regiões brasileiras agroexportadoras cujo desenvolvimento econômico assentara-se no latifúndio escravista.

A especificidade da transição capitalista no Rio Grande do Sul (RS) tem sido resumida apenas ao papel subsidiário, supostamente menos dinâmico, dessa economia regional, às suas menores dimensões frente à economia cafeeira e à condição periférica que essa região veio a assumir posteriormente no desenvolvimento capitalista nacional.<sup>2</sup> Pensamos que o papel subsidiário da economia gaúcha nos séculos XVIII e XIX e as formas originárias de apropriação e uso da terra possibilitaram a formação de uma região capaz de seguir um caminho específico de desenvolvimento capitalista, não-periférico em relação a outras regiões, mas alternativo e distinto do modelo de desenvolvimento capitalista que se estabeleceu nas regiões cujo dinamismo vinculava-se à agroexportação para o mercado mundial. No RS, as atividades da pecuária extensiva e da agropecuária colonial, estabelecidas ao final do século XIX, estavam ensejando outro tipo de acumulação comercial, fragmentada e desconcentrada. As diferentes matrizes histórico-sociais dessa região estabeleceram então um curso próprio na transição para relações capitalistas de produção.<sup>3</sup>

---

\* Técnico da FEE e professor da FACE-PUCRS.

<sup>1</sup> “Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?”, tese de doutoramento em Economia, com especialização em História Econômica, defendida junto ao Instituto de Economia da UNICAMP, sob orientação do prof. Dr. João Manuel Cardoso de Mello, em setembro de 2000 (Herrlein Jr, 2000).

<sup>2</sup> As análises sobre a economia gaúcha no período costumam indicar que suas características básicas são o caráter primário de sua produção e seu papel subsidiário da economia cafeeira, sendo seu crescimento dependente dos impulsos dinâmicos dessa última (Souza, 1973; Fonseca, 1983; Almeida, 1992). Desse ponto de vista, o movimento da economia gaúcha é assimilado ao de uma economia agroexportadora. Essa forma de compreender o movimento da economia gaúcha é explícita nos trabalhos de Paulo Renato de Souza (1973) e de Pedro Fernando Almeida (1992). Pedro Fonseca não se opõe a essa caracterização da economia gaúcha e aceita basicamente a idéia de que através da expansão das exportações agropecuárias essa economia é a “mais forte subsidiária do centro”, principalmente de São Paulo (1983:63). O estudo de Fonseca, entretanto, evidencia que a transição capitalista também assumia formas concretas específicas no RS durante a Primeira República (ver também Fonseca, 1985), vale dizer, seu estudo cumpriu o papel precursor de tratar da transição capitalista como processo que também transcorria fora do “centro”, ainda que sem indagar acerca das formas do movimento macroeconômico na região.

<sup>3</sup> Isto significa que a penetração do capital na produção social assumiu formas específicas de acumulação “originária”, de gestação da força de trabalho livre e de desenvolvimento.

Em nosso estudo, o ponto de partida metodológico é buscar as determinações próprias do desenvolvimento econômico regional, levando em conta que havia uma estrutura econômica que se transformava e se movia e cujo entendimento não se esgota nas determinações nacionais do crescimento econômico. Em diversos momentos do estudo, tomamos como referência para comparações a região de São Paulo, por tratar-se da principal economia regional brasileira em todo período investigado e também porque essa experiência regional é geralmente tomada como representativa de todo o País. Sem pretender esclarecer as questões pertinentes à economia paulista, tomamos uma representação estilizada de sua evolução, bem como diversos dados estatísticos, com a finalidade de realçar a peculiaridade da história econômica do RS.

Neste ensaio, tratamos na seção seguinte de apontar quais foram as matrizes histórico-sociais prévias da passagem ao capitalismo no RS, para, nas seções seguintes, explicitar os contornos do processo de transição. A terceira seção, a mais extensa e importante, enfoca a estrutura e a dinâmica da economia regional no período, destacando os principais traços peculiares da transição capitalista no RS. Na quarta seção, indicamos brevemente as características da intervenção do Estado regional sobre a economia e a sociedade gaúchas. Na quinta seção, assinalamos a peculiaridade do processo de formação do mercado de trabalho no RS, em particular no meio urbano e industrial, destacando também o perfil do desenvolvimento industrial nessa região. Por fim, a sexta seção apresenta algumas considerações finais.

## **2. Antecedentes da transição capitalista**

Desde o período colonial, a economia gaúcha esteve articulada subsidiariamente aos principais interesses econômicos da metrópole. O povoamento e a montagem de uma sociedade lusobrasileira no território sul-rio-grandense transcorreram tardiamente e foram determinados por imperativos militares e visando a fins estratégicos. A condição do RS de fronteira em disputa, única no território brasileiro, definiu traços importantes da região.<sup>4</sup> Desde logo, condicionou a ocupação extensiva da terra, através da concessão de sesmarias para paulistas, mineiros e cariocas, destinadas à constituição de estâncias de gado. Os grandes proprietários de terras exerceram por mais de um século o papel de “soldado-estancieiro”, capaz de arregimentar seus “peões” para eventuais embates pelo domínio lusitano do território. Ainda devido à condição fronteiriça, a região abrigava expressivos contingentes militares, cujos oficiais

---

<sup>4</sup> “É curioso observar que a expansão territorial das duas Coroas ibéricas convergia para o centro do Continente. O avanço espanhol fazia-se na direção do Pacífico para o Atlântico e o português do Atlântico para o Pacífico, o que significa dizer que ainda haveriam de se encontrar. De fato encontraram-se [no terceiro século da colonização], e o encontro não foi amistoso. E, o que é mais interessante, o encontro se deu no território do atual Rio Grande do Sul. A conquista e povoamento do território se inserem no contexto das lutas provocadas pelo encon-

muitas vezes receberam sesmarias e tornaram-se também grandes proprietários e estancieiros. Assim, o primeiro móvel histórico da ocupação da terra no RS esteve na origem do latifúndio pastoril e da classe proprietária de terras.

A sociedade da pecuária e a economia local no século XVIII não foram estruturadas para atender propósitos imediatos da acumulação comercial metropolitana, mas para assegurar a posse do território, cabendo-lhes garantir de maneira auto-suficiente sua subsistência econômica, em condições de isolamento. A produção de um excedente para a metrópole não foi o fator determinante no estabelecimento dessa sociedade, que se fez com baixa densidade demográfica e sem que o escravismo desempenhasse papel econômico fundamental.<sup>5</sup>

O estabelecimento das charqueadas, na passagem para o século XIX, representou a instalação do setor essencialmente escravista da economia gaúcha.<sup>6</sup> As charqueadas marcaram o panorama econômico do RS, tornando-se o novo centro reitor da pecuária extensiva, praticada nas estâncias, que se dedicavam então a exploração comercial não apenas dos couros, mas também da carne, que adquiria valor econômico (Ribeiro, 1995). Configurou-se assim na região gaúcha um subsistema econômico pecuário-charqueador, constituindo uma economia regional subsidiária e relativamente auto-suficiente. As atividades econômicas para exportação e o latifúndio marcaram apenas uma parte da economia regional, porém sem a mesma densidade econômica e demográfica das *plantations* ou das atividades de extração mineral. Na grande propriedade fundiária, a pecuária conformou-se como atividade mercantil não-escravista e com uma forma de inserção parcial no mercado, através das charqueadas escravistas, ambas atividades econômicas com restrita capacidade de transformação e diferenciação.

No século XIX, as necessidades de ocupação e povoamento do território continuaram determinando a imigração para o RS, redundando no estabelecimento de um segundo subsistema econômico, a agropecuária das colônias de imigrantes europeus, baseada na pequena propriedade. Esse segundo subsistema econômico regional experimentou um intenso processo de diferenciação, desdobrando-se nas atividades comerciais e na formação da maior parte da

---

tro luso-espanhol. Daí o processo de colonização e povoamento do Rio Grande se revestir de características próprias. Inteiramente diferente do que ocorreu noutras áreas da América Portuguesa.” (Santos, 1984:16-7).

<sup>5</sup> Durante todo o século XVIII, a arrecadação da Fazenda Real no RS não cobria nem a metade das despesas (Santos, 1984:174). Os elevados gastos decorriam do caráter mais estratégico do que econômico do povoamento, dadas as necessidades de defesa do território. Além de sustentar os conflitos parciais e as guerras contra os castelhanos, as despesas referiam-se ao vultoso empreendimento da colonização açoriana, promovida pela Coroa Portuguesa em meados do século XVIII.

<sup>6</sup> Embora no período 1780 a 1820 tenha se intensificado o uso de escravos nas maiores lavouras de trigo, nas lavouras de subsistência das estâncias e nos ambientes domésticos e urbanos, o escravismo não detinha papel econômico essencial em atividades vinculadas à acumulação mercantil, senão nas charqueadas. Sobre a importância da escravidão na economia gaúcha ver Targa (1996b) e Cardoso (1977).

indústria regional, produzindo para atender os mercados locais e posteriormente incrementando as exportações regionais.

### 3. Estrutura e dinâmica da economia regional

A transição capitalista no RS assentou-se sobre as matrizes sócio-econômicas e políticas que estavam historicamente postas ao final do Império. Havia uma crise econômica no setor pecuário-charqueador, que era dominante na sociedade, mas enfrentava com dificuldade e lentidão a transformação das relações de produção imposta pelo fim do escravismo. Com o advento da República, esse setor perdeu o controle das instituições políticas regionais, enquanto a ascensão da agropecuária colonial e da acumulação comercial que nela se apoiava definiam os contornos principais das transformações capitalistas na região.

A estrutura da economia gaúcha no período pode ser figurada através dos dois subsistemas econômicos que vimos referindo, o do norte do Estado, baseado na agropecuária colonial, e o do sul, baseado na pecuária extensiva.<sup>7</sup> A diversificada produção agrícola predominava ao norte do Estado, onde se desenvolveram cultivos para o mercado regional e exportação. As exportações de produtos da agropecuária colonial vinham crescendo e se diversificando desde os anos 1860 e já alcançavam um valor equivalente às de charque nos anos 1890. Quase todos os produtos agrícolas e mesmo aqueles sujeitos a beneficiamento e processamento agroindustrial (farinhas, fumo, erva-mate, vinho, banha) adquiriam, desde os anos 1850, progressiva importância no consumo local, reduzindo as importações estaduais de alimentos (Dalmazo, 1986).

Ao final do século, a produção colonial experimentou um processo de mercantilização para atingir o mercado estadual, antes de seus produtos tornarem-se artigos importantes na pauta de exportações.<sup>8</sup> Em geral, os produtos exportados também continuaram a ganhar importância no consumo estadual, em função do crescimento do mercado interno à região. A contribuição da agropecuária colonial ao crescimento da produção estadual deu-se pela ampliação da produtividade e pelo aumento da área cultivada, avançando sobre a fronteira agrícola regional em expansão, deslocando-se para o norte e o noroeste do território estadual, que

---

<sup>7</sup> A referência ao subsistema econômico da agropecuária colonial como situado na metade norte do Estado, em contraste com o subsistema pecuário-charqueador, situado no sul, é uma simplificação que adotamos, justificável pelo elevado nível de abstração com que se apresenta aqui a estrutura produtiva estadual. No Planalto (norte), nas Missões (noroeste) e nos Campos de Cima da Serra (nordeste), antes da colonização, predominava a atividade pastoril, com presença inclusive de latifúndios, mas em campos de pior qualidade e menos valorizados que os da Campanha. O estabelecimento das “colônias novas” no primeiro período republicano determinou uma estrutura produtiva e social híbrida no extremo norte (Planalto) e no noroeste do Estado (parte das Missões) (Fonseca, 1983).

<sup>8</sup> Essa evolução diverge daquela assinalada por Singer, para quem “a economia das colônias se monetariza, na medida em que ela se liga ao mercado nacional” (1977:167). A análise de Singer presume uma profunda dissociação entre os subsistemas que compõem a economia regional, pois considera o desenvolvimento de cada um deles como pautado exclusivamente pelas suas conexões com os mercados externos à economia regional.

passava a ser ocupado por novos colonos e pela descendência daqueles já estabelecidos nas colônias antigas.

No desenvolvimento da agropecuária colonial, a acumulação “originária” recaiu sobre os pequenos proprietários, através da transferência de rendimentos ao capital comercial que subordinava os produtores, controlando os fluxos mercantis e os preços de compra e venda. Apesar disso, o papel determinante da agropecuária colonial nas transformações da economia e da sociedade gaúchas implicou traços de maior equidade social na região, configurando um desenvolvimento capitalista marcado pela melhor distribuição da terra no subsistema econômico do norte do Estado e pela melhor distribuição do conhecimento e do ensino básico (Targa, 1996b).<sup>9</sup>

Como assinalou Singer, “o que se verifica na economia das colônias é uma transformação verdadeiramente revolucionária, ou seja, a passagem da produção de subsistência [...] para a produção comercial” (1977:168). Essa transformação pode ser assim caracterizada:

“o vigor da expansão das exportações, em combinação com a intensa divisão da terra característica da zona colonial gaúcha, gerava um importante mercado a ser explorado. Desse modo, acumulava-se capital e gestava-se significativa capacidade de compra num meio em que havia uma numerosa população rural, potencialmente transferível para atividades urbanas, fossem elas artesanais ou industriais. Por isso, a expansão do capital comercial, significando também o crescimento da atividade agropecuária da colônia, induzia e, mesmo, exigia uma rápida transformação social” (Almeida, 1992:555).

A evolução das exportações dos principais produtos da agropecuária colonial pode ser avaliada através de sua participação nos valores totais exportados pelo RS (Tabela 1). Para avaliar o peso dos diferentes cultivos na oferta agrícola total do RS, basta assinalar que na safra de 1927-8 os principais cultivos, segundo importância no valor da produção, foram milho, erva-mate, arroz, trigo, feijão, mandioca, batata-inglesa, cana, fumo, alfafa e cebolas (Fonseca, 1983:50). Cabe considerar que todos esses produtos, embora em diferentes proporções, tinham no mercado interno à região sua principal destinação, mesmo quando eram importantes na pauta de exportações.

No início do século XX, contando com uma legislação federal protecionista, o cultivo do arroz estabeleceu-se em municípios da zona central e do litoral da Lagoa dos Patos, por iniciativa de capitais ligados à pecuária ou ao comércio nesses municípios, onde predominavam as atividades da pecuária e charqueadas. A lavoura do arroz viria a ser a primeira conduzida em moldes capitalistas, como grande lavoura intensiva em capital, caracterizando, ao

---

<sup>9</sup> Graças ao peso social das colônias alemãs e italianas, o RS possuía a mais elevada taxa de alfabetização em 1890. Em 1907, o RS possuía 228 crianças matriculadas por mil habitantes em idade escolar, enquanto São Paulo tinha 162 e Minas Gerais, 141 (Love, 1975:116). A ação do Estado na área da educação permitiu que a região conservasse essa liderança nas décadas seguintes.

lado da incipiente indústria, a penetração do capital na esfera da produção. O arroz era exportado para os mercados brasileiros e do Prata, mas apesar das participações crescentes nas exportações regionais, o consumo interno sempre predominou na absorção da produção, de modo que nos seis anos de 1925-30 as exportações representaram apenas 24% da produção.

Tabela 1

Participação dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, segundo as somas dos valores em períodos selecionados 1878-1888/1919-1929

<b>Produtos</b>	<b>1878-1888</b>	<b>1889-1900</b>	<b>1919-1929</b>
(1) Charque	30,3%	25,9%	19,1%
(2) Couros	30,5%	18,7%	10,1%
(3) Lã	1,4%	1,9%	4,2%
(4) Carnes Frigorificadas	---	---	3,8%
<b>(I) Sub-total: soma de (1) a (4)</b>	<b>62,2%</b>	<b>46,5%</b>	<b>37,2%</b>
(5) Banha	1,8%	11,3%	15,6%
(6) Farinha de Mandioca	3,2%	7,3%	2,2%
(7) Feijão	0,2%	7,6%	3,8%
(8) Fumo	1,9%	2,9%	4,3%
(9) Outros (*)	1,7%	1,8%	3,4%
(10) Vinho	0,1%	0,1%	2,5%
<b>(II) Sub-total: soma de (5) a (10)</b>	<b>8,8%</b>	<b>31,0%</b>	<b>31,6%</b>
(11) Arroz	---	---	10,1%
<b>(III) Total (I) + (II) + (11)</b>	<b>71,0%</b>	<b>77,6%</b>	<b>78,9%</b>
<b>Total do RS</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

(\*) batata-inglesa, erva-mate, cebolas e alhos.

Fonte: Dalmazo (1986: Tabelas I-5, I-6, I-7, I-9, I-10, I-12, I-13, II -7, II-9,II-11, II-12, II-14, II-17, II-19, II-21, II-23, II-27, II-29 e II-34).

Legenda: Grupo (I): principais produtos de exportação da pecuária sulina; (II) principais produtos de exportação da agropecuária colonial; (III) principais produtos de exportação do RS.

Nota: os percentuais refletem o peso das somas dos valores por produto na soma dos valores totais exportados, aos níveis de preço correntes.

A zona sul do Estado, que abrigava o subsistema econômico apoiado na pecuária, também experimentou transformações importantes no período, embora seus principais produtos de exportação, o charque e os couros, tenham sofrido grande perda relativa no conjunto da pauta. O aspecto menos notável nessas lentas transformações terá sido a mercantilização dos meios de vida na Campanha, atingindo a vida nas estâncias, através da desarticulação de sua produção de subsistência, já afetada pelo declínio do escravismo na segunda metade do século XIX. É provável que a melhoria dos meios de transporte e o desenvolvimento do comércio estivessem paulatinamente tornando antieconômica a auto-suficiência das estâncias. As cidades da Campanha, outrora ricas povoados de florescente comércio, abrigando os grandes proprietários rurais e suas famílias, passavam a receber os contingentes de homens excedentes na nova vida das estâncias. O cercamento das terras e o transporte ferroviário, ao diminuir as tarefas da criação e movimentação do rebanho, facultaram a redução dos contingentes de

peões e tropeiros, cuja relação com o proprietário estabelecia-se cada vez mais sob a forma de assalariamento. Contudo, a maior parte da riqueza do RS ainda estava concentrada na Campanha e nas principais cidades do sul.

As exportações de charque e de couros não permaneceram estagnadas ao longo da Primeira República, mas apresentaram fraco dinamismo. No que diz respeito às charqueadas, cuja produção fora duramente atingida pela abolição da escravidão, a estagnação das quantidades exportadas foi superada a partir da primeira década do século XX, atingindo seus maiores níveis históricos no período 1921-29. A “estagnação” das charqueadas deve ser considerada em termos muito relativos, no que concerne às exportações regionais, visto que, ao final do período, o charque continuava sendo o principal produto exportado (Tabela 1).

As exportações de couros, que tiveram grande importância no século XIX, sofreram a maior perda relativa no período em análise. Durante toda a Primeira República essa perda alcançou 20 pontos percentuais no valor total das exportações (Tabela 1). O valor real das exportações de couros caiu muito na primeira década republicana, recuperando-se paulatinamente ao longo das três primeiras décadas do século XX, até igualar-se aos níveis da época do Império.

A produção de lã e de carne frigorificada foi apenas em parte uma alternativa ao charque e aos couros como produtos capazes de dinamizar a economia baseada na pecuária sulina. Aqueles dois produtos somaram 8% dos valores exportados no período 1919-29 (média), o que quase chega a compensar a perda relativa do charque, de 10 pontos percentuais em toda a Primeira República (ver Tabela 1).

O subsistema econômico do sul do Estado, apoiado na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva, apresentou uma reduzida capacidade de auto-transformação, no sentido de integrar novos ramos de produção agrícola ou industrial, capitalistas ou não (Almeida, 1992:551). A concentração da riqueza e o caráter rentista de sua aplicação retardavam o desenvolvimento capitalista, restringindo as oportunidades de mercado e emprego. Entretanto, a pecuária, a charqueada, a ovinocultura e os frigoríficos foram setores responsáveis por importante volume de produção, expresso pela participação majoritária de seus respectivos produtos no valor total das exportações regionais. Assim, apesar da distribuição regressiva da renda rural, na economia do sul do Estado desenvolveram-se a urbanização e a acumulação comercial e ampliou-se o mercado local durante a Primeira República (Almeida, 1992:560).

As observações que vimos de realizar acerca das exportações e das características do processo de desenvolvimento nos dois subsistemas econômicos regionais explicam a mudança notável observada na pauta de exportações (Tabela 1). A agropecuária colonial atingiu um

peso equivalente ao outro subsistema na estrutura da pauta de exportações, mas a economia pecuário-charqueadora manteve importância. A análise indica que no final do período havia na economia gaúcha dois subsistemas importantes, apesar da mudança nos seus pesos relativos nas exportações regionais ao longo do período. Isso significa que as bases do mercado regional e da acumulação comercial ampliaram-se muito nessa época, favorecendo o surgimento e o crescimento de uma diversificada indústria de bens de consumo não-duráveis durante a Primeira República.

Diversos ramos industriais estabeleceram-se no RS no período em análise, além daqueles setores agro-industriais já referidos acima. Os primeiros estabelecimentos industriais de grande porte (mais de cem operários) foram do ramo têxtil e estabeleceram-se no sul do Estado, devido às vantagens de localização em proximidade ao porto. Nas maiores cidades do sul, Rio Grande e Pelotas, a indústria era mais concentrada e pouco diversificada. No norte, a acumulação de capital comercial esteve na origem da indústria de Porto Alegre, que transcorreu entre 1889 e 1910. Essa indústria produzia uma diversificada gama de bens de consumo, com participação expressiva de muitos pequenos proprietários, voltando-se sobretudo ao atendimento do mercado regional, o que foi possibilitado pela integração do território estadual.

Também durante a Primeira República constituíram-se ou expandiram-se os bancos regionais, com capital de proprietários nacionais, que eram os maiores desse gênero no País. Em 1920, o RS possuía mais bancos controlados por brasileiros que as demais economias regionais importantes (Love, 1975). Por não estar voltada para o mercado externo, a economia gaúcha não atraiu casas bancárias estrangeiras, que tiveram importante presença em São Paulo e no Rio de Janeiro.<sup>10</sup> Não obstante, capitais locais constituíram expressivos bancos regionais que deram suporte às atividades produtivas e comerciais no RS (Lagemann, 1999, 1985). O sistema bancário regional detinha forte credibilidade e somente veio a ser abalado com a crise instalada a partir de 1929 (Franco, 1983:146). Antes disso, em 1928, o governo estadual instituiu um banco público, com caráter de banco de desenvolvimento (Love, 1975).

A economia gaúcha articulava-se numa divisão nacional do trabalho, enquanto produtora agropecuária e agro-industrial que tinha nos demais mercados regionais o seu diversificado “setor de mercado externo”. A produção de uma gama relativamente ampla de produtos alimentares *in natura* ou processados garantia o provimento interno, de tal modo que os novos produtos que ganharam destaque na pauta de exportações após 1889 (produtos da agropecuá-

---

<sup>10</sup> Em São Paulo, os bancos de origem estrangeira desempenhavam um papel decisivo para a economia regional. No RS, os depósitos em bancos estrangeiros representavam apenas 9% dos depósitos totais em 1920. Na cidade de São Paulo, respondiam por cerca de 2/3 dos depósitos totais. (Love, 1975:136-7)



ria colonial ou da lavoura capitalista do arroz) expandiram sua produção atendendo primeiro ao mercado regional e a seguir ao “nacional” (Dalmazo, 1986:34).<sup>11</sup>

Tabela 2

Distribuição das exportações do Rio Grande do Sul, segundo os mercados de destino — 1901-1930

Período	MERCADOS REGIONAIS BRASILEIROS						EXTERIOR
	TOTAL	RJ	SP	BA + PE	PR + SC	Outros Estados	
1901-1912	74,2%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	25,8%
1913-1920	66,2%	27,7%	13,0%	15,8%	3,3%	6,4%	33,8%
1921-1930	70,0%	32,5%	14,1%	12,3%	2,6%	8,3%	30,0%

Fonte: os dados brutos já deflacionados estão em Almeida (1991: 373-5).

A diversidade dos mercados alcançados pela produção regional, pela variedade tanto de produtos (Tabela 1) como de regiões de destino (Tabela 2), tornou possível, ao longo de décadas, deslocar a oferta regional de uns produtos para outros, quando a produção local viu-se ameaçada pela concorrência de produtores de outras regiões com melhor localização ou menores custos de produção (Castro, 1971; Fonseca, 1983). Estabeleceu-se uma relativa autonomia da economia gaúcha, considerada como um conjunto, que se expressava na forma de um dinamismo econômico parcialmente dependente das exportações, apresentando porém essa economia condições de realizar autonomamente importantes alterações na sua pauta de exportações, simultaneamente à expansão de seu próprio mercado interno.

A distância do RS e os precários meios de ligação com o resto do País encareciam os custos de transporte e dificultavam a penetração de produtos de outras regiões e do exterior no mercado gaúcho (Tejo, 1939). O relativo isolamento da economia gaúcha implicava expressivos custos de transporte, o que determinou que ela tivesse de prover-se, além dos alimentos que produzia, da maior parte dos demais bens de consumo corrente (vestuário, mobília) e das ferramentas, utensílios, meios de transporte terrestre, embarcações, etc. de que necessitava.

É oportuno considerar que aquelas outras economias regionais, dada sua condição de economias assentadas nas lavouras de exportação, tinham pouco o que exportar para o RS. Assim, provavelmente a economia dessa região obtinha os bens que lhe faltavam importando-os principalmente do exterior, para onde exportava menos valor, compensando-se desse déficit nas suas transações com as demais regiões brasileiras.<sup>12</sup> Desse modo, a agregação de dois

<sup>11</sup> Como assinalou Singer, a peculiaridade dessa economia regional, em particular das zonas de colonização européia, é que ela não se vinculava ao mercado mundial por meio de algum dos poucos produtos de exportação, mas sim ao mercado interno brasileiro (1977:169).

<sup>12</sup> Essa é a conclusão de Paul Singer, ao analisar a proporção das exportações internacionais do RS no total das exportações brasileiras, de 1906 a 1908 (1977:169). Os dados existentes quanto à pauta e à origem das importa-

subsistemas econômicos combinava-se ao relativo isolamento geográfico, condicionando o desenvolvimento econômico no sentido tanto de uma diversificação produtiva e das exportações, quanto de um elevado grau de auto-suficiência no provimento dos bens necessários à sua reprodução (Tejo, 1939). Além de exportar uma larga parcela de sua produção, que por sua natureza prestou-se desde logo ao provimento das necessidades da população local, essa economia regional reproduzia-se historicamente com superávits comerciais (que perduraram até 1920).<sup>13</sup>

Diferentemente das economias regionais agroexportadoras, o desenvolvimento do capitalismo no RS processou-se através da diferenciação e do desdobramento da estrutura produtiva e social da região. Esse desenvolvimento apoiou-se sobre uma acumulação capitalista de menores dimensões, porém muito diversificada e associada a uma estrutura social menos desigual, em comparação com a região de São Paulo. Tais características permitiram à região alcançar um elevado grau de auto-suficiência no provimento da subsistência de sua população, bem como da maior parte dos bens de consumo industrializados.

A conjugação de dois subsistemas econômicos fazia da economia gaúcha a segunda ou terceira economia regional de maior peso no país, após a economia paulista. O RS era a quarta unidade federada em tamanho da população, com 7,1% da população nacional (após Minas Gerais, São Paulo e Bahia), mas respondia por aproximadamente 11,4% do valor bruto da produção agrícola e industrial nacional em 1920 (Love, 1975:118). Nesse valor, ocupava a terceira posição nacional, após São Paulo, que detinha um valor duas vezes e meia superior, e também após Minas Gerais. Em termos de valor da produção agrícola e industrial per capita, o RS detinha a segunda posição, com 376 mil réis, atrás de São Paulo, com 587 mil réis, e à frente de Minas Gerais, com 178 mil réis (Love, 1975:117).

A importância de sua produção primária colocava a economia gaúcha em posição de destaque nacional em 1920. Era a segunda economia regional quanto ao valor das propriedades rurais, também após São Paulo, sendo Minas Gerais a terceira (embora com quase o dobro da área) (Love, 1975:117). Quanto ao valor da produção agrícola, o RS havia passado da sexta posição em 1886 para a terceira em 1920. Quase metade dos tratores existentes nos estabelecimentos agrícolas brasileiros nesta data estavam no RS, que detinha o dobro de São Paulo. O número de arados era 2,6 vezes o número existente em São Paulo (Cano, 1985:359). Na indústria, em 1920, a posição do RS também era destacada, pois em valor da produção era superado apenas por São Paulo e Distrito Federal (Love, 1975:136).

---

ções do RS são muito incompletos. Foram compilados e analisados por Dalmazo (1986), constatando-se um predomínio das importações advindas do exterior, no século XIX e pelo menos até 1920.

<sup>13</sup> Ver nota 15, adiante.

Do ponto de vista macroeconômico, o desenvolvimento capitalista no RS revestia-se de características peculiares. O crescimento econômico na região era em parte tributário do dinamismo dos subsistemas agroexportadores do Brasil, mas o dinamismo econômico regional também era determinado internamente pelo movimento de acumulação de capital e de difusão da produção de mercadorias que se processava na região. O crescimento apoiava-se nas exportações para diversas regiões brasileiras, mas não estava regido por uma pauta fixa de exportações, determinada independentemente das transformações da economia regional. Não foram as exportações que ordenaram e conduziram a estruturação da sociedade. Ao contrário, havia uma continuidade entre o provimento do mercado interno e as exportações regionais. No caso das exportações da agropecuária colonial, elas decorreram da produção para o mercado local e regional, advindo como uma expansão desta.

A economia regional assumiu progressivamente uma nova configuração no período da Primeira República, alterando-se sua estrutura de oferta. Essa nova configuração da economia regional é em parte expressa pela mudança na pauta de exportações. Na nova configuração que a economia regional assumiu, com a perda do predomínio pastoril em função do desenvolvimento da agropecuária colonial, é nítido o papel dinâmico desempenhado pelo subsistema do norte.

Essas transformações produtivas repercutiram no movimento do conjunto da economia estadual, possibilitando tanto um crescimento das exportações, quanto uma ampliação do mercado interno. O desenvolvimento dos transportes ampliou os vínculos com os mercados externos, favorecendo nesse sentido ambos os subsistemas e o conjunto das exportações regionais. Uma primeira aproximação do movimento da economia gaúcha pode ser estabelecida a partir de uma análise do desempenho das exportações e dos saldos comerciais.

Desde 1900 até 1929, evidenciou-se um crescimento real das exportações gaúchas da ordem de 5% ao ano (Tabela 3). Os dados indicam que o dinamismo dessa economia regional foi excepcional, pois, no mesmo período, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu em média 4,6% ao ano, enquanto as exportações brasileiras, 3,7% a.a. Na principal economia regional brasileira, a paulista, as exportações internacionais, aproximadamente no mesmo período cresceram apenas à taxa média anual de 3,3%, enquanto suas exportações totais terão crescido, no máximo, a uma taxa média de 4,4% a.a.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Dados do PIB e das exportações brasileiras em Abreu (org., 1992), Anexo Estatístico, colunas 1 e 7. Dados das exportações internacionais de São Paulo, brutos, em Almeida (1992:573), aplicando-se o mesmo deflator utilizado para os dados das exportações gaúchas (Love, 1982: 415, coluna C-1). Não dispomos dos dados para exportações totais de São Paulo, mas apenas uma informação incompleta sobre a proporção das exportações internacionais no total (Cano, 1977, tabela 36). Para chegar à taxa de 4,4% a.a., supomos que essa proporção tenha sido de 80% em 1901 e caído para 60% em 1928, o que provavelmente superestima o crescimento do valor das exportações totais da economia regional paulista.

Tabela 3  
Evolução das Exportações e Saldos Comerciais  
do Rio Grande do Sul, por subperíodos, 1891-1929

Subperíodos	Evolução Real da Exportações				Saldos Comerciais Médios (3) (relação X / M)
	Variação ponta a ponta (1)		Médias por Subperíodo		
	Total (%)	Ao ano (2) (%)	Valores (em contos de 1929)	Variação (%)	
De 1891 a 1900	19,1	1,8	132.553	22,9	n.d.
De 1901 a 1913	138,3	6,9	221.544	67,1	1,58
De 1914 a 1920	-38,0	-6,6	220.382	-0,5	1,99
De 1921 a 1929	181,1	12,2	375.833	70,5	0,79
De 1901 a 1929	315,4	5,0	269.146	---	1,44

Fonte: dados brutos nominais em Dalmazo (1986, Tabelas I-3 e II-1). Deflator: Love (1982: 415, coluna C-1).

Notas: (1) A base é o ano imediatamente anterior ao primeiro do subperíodo em foco; (2) Taxa média geométrica; (3) Média das relações entre os valores exportados e os importados, observadas em cada ano do subperíodo.

Se o excepcional crescimento das exportações gaúchas, após a virada do século, confirma o papel dinâmico da demanda externa para a economia regional, ele sugere também uma nova qualificação ao caráter subsidiário histórico da economia gaúcha, que passava a apresentar crescimento equiparável ao do centro dinâmico da economia nacional. A nova qualidade dessa economia revela-se na capacidade adquirida de diversificar e ampliar sua estrutura de oferta e, conseqüentemente, sua pauta de exportações, a partir do desenvolvimento comercial e industrial da agropecuária colonial, claramente delineado a partir dos anos 1870 (Singer, 1977) e posteriormente favorecido pela política econômica dos governos republicanos estaduais.

As transformações da estrutura produtiva no RS e a integração econômica de seu território, durante a Primeira República, estabeleceram na região uma diversificada economia de mercado interno. Essa condição facultou um excepcional dinamismo das exportações, que igualmente se diversificaram e cuja pauta incluía uma maioria de produtos principalmente absorvidos pelo consumo interno.

Assim, o maior dinamismo apresentado pelas exportações gaúchas parece não ser explicado pela intensidade do crescimento da demanda, mas sim pela capacidade dos produtores regionais de expandir e diversificar uma oferta de bens de consumo, sobretudo de alimentos, cuja carência, resultado da própria lógica do modelo de crescimento agroexportador, tinha de ser suprida por importações do exterior. Essa capacidade da estrutura da oferta agregada na economia gaúcha, decorrente do dinamismo de suas transformações, permitiu-lhe crescer intensamente, ocupando parcelas dos mercados regionais brasileiros, cuja expansão dependia,

em última instância, do desempenho das exportações nacionais. Esse processo de desenvolvimento tornou-se possível na medida que a produção gaúcha pôde apoiar-se num mercado interno relativamente amplo e em crescimento.

A agropecuária colonial, no período em análise, experimentou um processo de adensamento econômico, através da acumulação comercial e da diversificação produtiva, tornando-se também fornecedor de matérias-primas e mercado para a indústria regional, além de consumidor produtivo de matérias-primas da pecuária (couros e lã). As modificações da estrutura produtiva e a integração do espaço econômico regionais provocaram uma ampliação expressiva de seu mercado interno e da importância do mesmo para o crescimento econômico. Em consequência, surgiram impulsos dinâmicos endógenos mais significativos no final do período, levando a demanda monetária interna a ultrapassar a produção regional, conduzindo à absorção de “poupança externa” (déficits comerciais), mesmo num momento em que, seguramente, essa produção apresentava acelerado crescimento (ver Tabela 3). O surgimento de déficits comerciais em vários anos seguidos, após décadas de ocorrência predominante de superávits,<sup>15</sup> indica que a demanda interna superava a produção estadual e adquiria papel mais relevante na economia gaúcha ao longo dos anos vinte.

No RS, a penetração de relações capitalistas nas atividades econômicas foi fruto de um desenvolvimento interno, embora articulado com os mercados “externos”. Esse processo não foi diretamente configurado pela inserção dessa economia regional no mercado mundial, sendo caracteristicamente mais lento do que na região de São Paulo. Na peculiar estrutura fundiária do RS, a grande propriedade não era agroexportadora e escravista, enquanto a pequena propriedade desempenhou um papel econômico e social decisivo na transição capitalista. Tais características representavam distintos pressupostos histórico-sociais do capitalismo em relação às demais regiões brasileiras.

A acumulação de capital comercial no RS processou-se em menor escala e menos concentrada do que na região agroexportadora cafeeira. A existência de dois pólos econômicos subregionais, apoiados numa estrutura dual de posse da terra, implicou maior distribuição espacial dos capitais e a divisão de esferas comerciais, mas também uma maior diversidade social e produtiva e uma capacidade de desdobramento econômico desconcentrado. A plurali-

---

<sup>15</sup> Entre 1921 e 1929 a economia gaúcha apresentou déficits comerciais em todos os anos, que oscilaram entre 6% e 29% do valor das importações. Nos períodos anteriores, de 1901 a 1920, ocorreram superávits comerciais em todos os anos (Herrlein, 2000: tabela A-3, p.150). Não há dados de importação para o período de 1881 a 1900. Mais remotamente, predominavam amplamente os superávits comerciais. Os dados relativos aos saldos comerciais cobrem 38 anos entre 1838-80, quando ocorrem superávits em 28 anos, ocorrendo déficits sempre em anos nos quais o valor das importações apresentou-se anormalmente elevado. Nas décadas de 1850, 1860 e 1870, os saldos das exportações sobre as importações atingiram em média 17%, 21% e 91%, respectivamente (Dalmaço, 1986: Tabelas I-1).

dade de fontes da transformação sócio-econômica em curso refletia a diversificação produtiva alcançada pela economia regional, na medida que se somavam as pautas produtivas de dois subsistemas econômicos. Além disso, a estrutura social da região foi marcada pela presença da pequena propriedade da terra, que deu origem a uma “classe média rural” e condicionou uma maior dispersão da acumulação comercial e industrial em Porto Alegre e nas zonas coloniais.

A difusão das relações capitalistas de produção no RS transcorreu atingindo simultaneamente diversas atividades econômicas, rurais e urbanas, em diferentes zonas do Estado. Essa difusão foi concomitante ao deslocamento do dinamismo econômico endógeno da região da zona sul para a zona colonial, ao norte do território estadual, onde acelerava-se a acumulação e a diversificação capitalistas. Isto significa que a pequena propriedade e a sociedade das colônias predominaram no processo de transição capitalista e constituíram-se como principais matrizes sócio-econômicas da modernização no RS.

A relativa igualdade da estrutura social no RS incorporou-se de várias formas ao modelo regional de desenvolvimento capitalista. A pouca densidade demográfica nos latifúndios do sul associada à estruturação de uma outra sociedade baseada na pequena propriedade no norte determinaram uma escassez de força de trabalho para o capital, especialmente no meio urbano. Estabeleceu-se na região um maior diferencial de salários urbanos frente aos rurais e um nível de salários industriais relativamente elevado em comparação com as demais regiões brasileiras (Tabela 5, adiante). A composição da produção primária regional, voltada às necessidades básicas de consumo, favoreceu as condições de vida da população, reduzindo os custos relativos de subsistência. A expansão da sociedade de pequenos proprietários propiciou também a formação de um mercado interno regional moldado por uma melhor distribuição de renda. Apoiando-se sobre dois subsistemas econômicos regionais, a expansão das atividades comerciais e industriais transcorreu com a significativa formação de pequenos e médios capitais. O processo de transição capitalista no RS transcorreu, portanto, sobre bases sociais relativamente igualitárias, em comparação com às demais regiões brasileiras.

#### **4. A intervenção do Estado**

No RS, as transformações sócio-econômicas foram afetadas pela presença de uma distinta cultura política, que foi decisiva na condução das políticas públicas durante a Primeira República, período em que os governos estaduais gozaram de ampla autonomia federativa. Os governos republicanos estaduais empreenderam ações que determinaram largamente o movimento da economia e a organização da sociedade durante esse momento crucial da transição capitalista. O Estado direcionou o processo de modernização da sociedade, promovendo a

educação pública e o acesso à saúde através do livre exercício da medicina. A educação pública encabeçava as despesas (exceto em tempos de guerra) e o Governo estadual destinava à educação maior proporção das rendas do que em São Paulo e Minas Gerais. Essa ênfase emprestada à educação pública, combinada à capacidade do governo de tributar expressivamente a propriedade da terra, conferiram um cunho nitidamente progressista à política fiscal estadual, em confronto com outros estados (Levine, 1975). De fato, a política fiscal buscou a extinção progressiva do Imposto de Exportação, que encarecia e dificultava a colocação dos produtos gaúchos nos mercados regionais brasileiros. Com isso favoreceu-se a diversificação da pauta de exportações e sua expansão, através de isenções, bem como protegeu-se as indústrias, gravando em maior grau as exportações de matérias-primas. Apesar de não lograr a extinção total do imposto, o montante de sua renúncia fiscal alcançou cerca de 70% na década de 20, ocorrendo a recuperação das receitas perdidas através da criação de um novo imposto territorial, que incidia progressivamente sobre a propriedade da terra (Pereira, 1996).

O modelo regional de desenvolvimento capitalista foi estruturado sob a égide do Estado, que se articulou economicamente e através da estrutura de poder com as forças sociais novas e dinâmicas, desvinculadas do latifúndio tradicional. Com base numa ideologia anti-liberal, os governos republicanos impulsionaram a diversificação da economia regional, acelerando e definindo os traços do processo de transição capitalista. O Estado apoiou a colonização e a expansão da agropecuária colonial, aplicando recursos e fornecendo infraestrutura. Estimulou a formação de cooperativas e sindicatos rurais, com o objetivo de regular a produção, garantir o abastecimento interno e controlar os mercados dos principais produtos gaúchos. Também conduziu à integração espacial do território regional, mediante a encampação de portos e ferrovias, ampliando o mercado interno e defendendo sua base econômica através do combate ao contrabando.

Ao buscar a diversificação produtiva e a integração espacial do mercado regional, os governos republicanos atenderam as demandas de setores produtivos que ainda não haviam se constituído como dominantes na região (Pereira, 1996) e conduziram uma verdadeira reforma econômica no RS. Por outro lado, ao dar continuidade ao processo de colonização iniciado no período imperial, os governos republicanos promoveram a ampliação da classe dos pequenos proprietários rurais, fomentando assim uma reforma também social no RS.

## **5. Formação do mercado de trabalho e desenvolvimento industrial**

A questão nuclear do processo de transição capitalista foi a passagem da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, que exigiu a conformação de um mercado de trabalho livre e a elaboração de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho. Esse processo

assumiu formas sócio-históricas específicas no RS, na medida que não resultou da imigração em massa como em São Paulo. Na região paulista, o capitalismo estabelecia-se desde o latifúndio agroexportador, configurando prontamente uma nova estrutura social e demográfica adequada às suas necessidades. O mercado de trabalho livre, desde sua origem, correspondeu à necessidade capitalista de mão-de-obra. Da acumulação de capital associada ao complexo cafeeiro decorreu não apenas a demanda como também a oferta de trabalhadores livres.

Em contraste com a experiência da região de São Paulo, no RS a formação do mercado de trabalho não decorreu imediatamente das necessidades capitalistas de mão-de-obra, mas sim do desenvolvimento das sociedades da pecuária e das colônias, que gerou excedentes demográficos potencialmente assalariáveis nos meios urbano-industriais em formação.

Os imigrantes chegados ao RS estabeleceram-se, em sua maioria, como colonos, com acesso à propriedade rural, e, portanto, não como trabalhadores livres, disponíveis para o capital. Dessa forma, no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as colônias já estabelecidas e as novas que se organizavam representavam a possibilidade de acesso à propriedade da terra, constituindo uma dificuldade para a transformação da capacidade de trabalho em mercadoria — força de trabalho.

Consequentemente, a gestação da força de trabalho livre derivou principalmente da evolução demográfica da população já estabelecida ao final do Império ou da imigração espontânea, num processo mais lento se comparado à formação do mercado de trabalho livre na região cafeeira.<sup>16</sup> A estrutura da propriedade fundiária na região gaúcha não obstaculizou a constituição do mercado de trabalho, porém determinou uma escassez relativa de força de trabalho, que condicionou o padrão regional de acumulação industrial (Herrlein Jr. e Dias, 1993).

Vejamos então como se caracterizava a indústria regional sul-rio-grandense, principal setor capitalista em formação durante o período em análise. Essa indústria originou-se a partir do desenvolvimento de uma economia voltada ao atendimento do mercado interno, seja o da própria região, seja o da demais regiões brasileiras. Antes da integração do mercado nacional para a produção industrial, que transcorreria somente a partir dos anos 1950 (Targa, Ribeiro, Herrlein Jr., 1998), a indústria brasileira era um somatório de indústrias regionais. O cresci-

---

<sup>16</sup> As diferenças de ritmo nesses dois processos regionais de formação do mercado de trabalho pode ser atestada pela evolução demográfica nos estados e respectivas capitais, no longo período entre 1872 e 1920. Para o Rio Grande do Sul e Porto Alegre, as taxas geográficas médias anuais de expansão demográfica alcançam, respectivamente, 3,4% e 3,0%. Para São Paulo e a cidade de São Paulo, alcançam 3,6% e 6,3%, respectivamente (dados brutos do IBGE). Além disso, também é útil verificar a proporção de estrangeiros entre os ocupados nas cidades de Porto Alegre e São Paulo. Tal proporção alcançava, em 1920, 25,3% na capital gaúcha e 54,3% na capital paulista, o que indica a superior importância da imigração recente para a configuração do mercado de trabalho nesta última cidade (dados em Bodea, s.d.).



mento da produção industrial nacional resultava de um processo de expansões industriais paralelas (Castro, 1971), no qual se estabeleceram diferenças entre as indústrias regionais não apenas de escala, mas também de conteúdo e natureza das atividades industriais.

A indústria gaúcha surgiu menos influenciada pelas relações com o comércio exterior e mais vinculada aos condicionamentos internos da economia regional. O capital comercial local, primordialmente vinculado às exportações de produtos da agropecuária regional, desempenhou um papel proeminente na formação de indústrias. O RS possuía a mais alta porcentagem de firmas industriais pertencentes a nacionais, dentre todos os estados brasileiros em 1920 (Love, 1975:136). Essa indústria regional apresentava uma relação mais estreita com a base produtiva primária e originou-se em boa medida a partir da substituição de produção artesanal, encontrando a força de trabalho e o mercado de que necessitava para sua expansão a partir do desenvolvimento da própria economia regional. Em vista disso, a indústria articulava-se como um elemento que conferia unidade à economia gaúcha. A diversidade e a pluralidade de atividades produtivas primárias determinaram também a amplitude da produção industrial de bens de consumo, que atendia às necessidades da população local.

O desenvolvimento industrial no RS também caracterizou-se por um maior fracionamento da propriedade industrial em relação a São Paulo e pela presença mais significativa de estabelecimentos industriais de escala artesanal, constituídos como negócios individuais ou sociedades em nome coletivo (Tabela 4).<sup>17</sup> Apesar de serem ampla maioria, esses pequenos estabelecimentos conviviam com outros médios e grandes, que concentravam a maior parte dos operários e da produção. Nesse sentido, a indústria gaúcha também era concentrada, mas seus estabelecimentos eram em média de tamanho inferior aos das demais regiões.<sup>18</sup>

A indústria gaúcha constituiu-se e expandiu-se no início do século com base num mercado de trabalho restrito, operando provavelmente em condições próximas ao pleno emprego da força de trabalho de que podia dispor. Havia larga margem para a formação de pequenas e médias unidades fabris, nas quais a habilidade e autonomia do trabalhador ainda se faziam presentes. A oferta restrita de força de trabalho para a indústria, que se expandia aceleradamente no período, deve ter contribuído para os níveis regionais de salários médios diários mais elevados no Rio Grande do Sul, em comparação com quase todas as regiões brasileiras em que a indústria tinha alguma expressão (Tabela 5).

---

<sup>17</sup> Note-se que os estabelecimentos artesanais ou capitalistas de pequeno porte concentravam no RS 39% dos operários, enquanto em SP essa proporção era de 27,3% e, no resto do Brasil, de 30,6% (Tabela 4).

<sup>18</sup> Considerando-se todos os estabelecimentos industriais, os tamanhos médios, quanto ao número de operários, eram de 13,9 no RS, 20,3 em SP e 22,5 no resto do Brasil. Tomando-se apenas os estabelecimentos capitalistas (10 ou mais operários), os tamanhos médios eram de 60,5 no RS, 84,1 em SP e 71,8 no resto do Brasil.

Tabela 4

Número total e distribuição dos estabelecimentos industriais e seus operários, segundo o caráter e porte dos estabelecimentos  
Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil — 1920

CARÁTER E PORTE DOS ESTABELECEMENTOS (conforme o número de operários)		ESTABELECEMENTOS			OPERÁRIOS		
		Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Número Total (100%)		1.773	4.145	7.418	24.661	83.998	166.853
Não-Capitalistas	Até 9	81,4%	79,1%	72,5%	19,1%	13,1%	12,2%
Capitalistas	10 e mais	18,6%	20,9%	27,5%	80,9%	86,9%	87,8%
	Pequeno Porte – 10 a 49	14,5%	14,9%	20,7%	19,9%	14,2%	18,4%
	Médio Porte - 50 a 99	1,7%	2,5%	2,8%	9,1%	8,2%	8,6%
	Grande Porte – 100 e +	2,4%	3,5%	3,9%	51,9%	64,4%	60,8%

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927).

Nota: o agregado resto do Brasil representa os valores totais para o País, exclusive RS e SP.

Tabela 5

Índices Regionais do Valor do Salário Médio Diário de todos os Operários (maiores e menores, de ambos os sexos), segundo os Gêneros Industriais — 1920

(base: 100 = salário médio diário no Rio Grande do Sul, em cada gênero)

GÊNEROS	SÃO PAULO	BR exclusive RS e SP	DIST.FED E RIO DE JANEIRO	MINAS GERAIS	PERNAM-BUCO	BAHIA
ALIMENTAÇÃO	103,4	80,7	100,5	80,2	64,7	56,1
TÊXTIL	91,2	75,7	104,8	51,0	56,5	62,5
MADEIRA	111,3	115,0	132,0	95,0	100,6	70,0
VEST.TOUÇ.CALÇAD.	82,5	93,9	103,1	80,9	61,7	49,0
CERÂMICA	96,6	84,8	96,2	74,7	71,8	69,2
EDIFICAÇÃO	95,3	83,6	111,3	80,9	63,6	34,9
MOBILIÁRIO	100,0	127,4	144,9	99,1	116,1	98,8
METAL.-MECÂNICA	93,6	90,2	94,1	63,8	103,6	70,9
QUÍMICA E PROD.AFINS	112,0	99,3	106,1	114,6	84,1	79,1
MAT. TRANSPORTE	95,7	101,8	106,7	87,2	78,1	--
COUROS E PELES	89,8	78,7	95,4	66,1	72,0	27,7
TOTAL	94,0	88,2	105,4	62,7	64,5	58,6

Fonte: Recenseamento do Brasil; vol.5 parte 2; Salários (1928); p.98-433.

É provável que a disputa pela força de trabalho tenha induzido os industriais gaúchos a adotarem certas práticas assistencialistas (Pesavento, 1988), visando estabelecer vínculos de dependência dos trabalhadores e suas famílias com as empresas. A maior distribuição da propriedade industrial, o envolvimento dos proprietários com a atividade fabril e as práticas

assistencialistas do patronato ensejaram relações de trabalho com menor grau de conflito. Os maiores salários diários não prejudicaram, contudo, o desempenho da indústria regional, pois ou não se materializavam enquanto maiores custos para a produção, em nível de cada gênero industrial (Tabela 6), ou eram compensados pela maior produtividade econômica relativa do trabalho industrial (Tabela 7) (Herrlein Jr. e Dias, 1993).

Tabela 6  
Índices Regionais do Custo Salarial Anual por Empregado,  
segundo os Gêneros Industriais  
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(base: ind. alimentação RS = 100)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Relativos	
				RS/SP %	RS/rBR %
Alimentação, Bebidas e Fumo	100	101	75	99,0	134,0
Têxtil	89	73	64	120,7	139,4
Madeira	94	109	111	86,4	85,0
Vestuário, Calçados, Artif.Tecidos	90	94	96	95,9	94,2
Minerais Não-Metálicos (a)	91	85	73	107,6	124,4
Mobiliário	93	104	115	89,3	80,2
Metalúrgica-Mecânica	128	107	97	119,5	133,0
Química e Produtos Afins	76	92	81	81,9	93,2
Material de Transporte	96	118	85	81,5	113,0
Couros e Peles	118	106	84	111,2	140,0
Toda Indústria	97	88	77	110,1	126,4

Fonte: dados brutos em Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

(a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”. Obs.: o custo salarial anual por empregado consiste no valor médio apurado pela divisão da soma dos valores dispendidos ao longo do ano de 1919 com salários e ordenados pelo número total de empregados registrados em setembro de 1920. Os índices expressam as medidas relativas do custo salarial anual por empregado em cada gênero industrial e região, tomando como base (100) o mesmo custo registrado para o gênero de alimentação, bebidas e fumo no RS. Os Relativos expressam a relação percentual entre o custo salarial anual em cada gênero da indústria do RS e o mesmo custo no mesmo gênero em São Paulo ou no Resto do Brasil.

Por outro lado, a indústria gaúcha dependia da provisão de força motriz gerada internamente aos estabelecimentos fabris, o que ampliava tanto a aplicação de capital fixo como os custos correntes de produção. A vinculação mais estreita dessa indústria à base produtiva primária também implicava uma produção com menor agregação de valor. Esses fatores combinavam-se na determinação de uma lucratividade da produção industrial gaúcha inferior à da indústria paulista, embora superior à das demais regiões brasileiras (ver Herrlein Jr., 2000: cap. 3).

Tabela 7  
Índices Regionais de Produtividade Econômica dos Empregados,  
segundo os Gêneros Industriais  
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil — 1919

(base: ind. alimentação RS = 100)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Relativos	
				RS/SP %	RS/rBR %
Alimentação, Bebidas e Fumo	100	128	98	78,3	102,2
Têxtil	66	54	38	120,7	174,8
Madeira	69	64	74	107,3	92,6
Vestuário, Calçados, Artef. Tecidos	52	53	44	96,9	117,1
Minerais Não-Metálicos (a)	52	47	31	108,7	168,5
Mobiliário	37	42	40	88,0	94,3
Metalúrgica-Mecânica	56	60	39	93,4	145,2
Química e Produtos Afins	90	92	97	97,9	92,2
Material de Transporte	46	108	46	42,3	99,6
Couros e Peles	79	87	53	91,2	149,0
Toda Indústria	77	68	55	113,7	139,8

Fonte: dados brutos em Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

(a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”. Obs.: os índices expressam as medidas relativas da produtividade (valor da transformação industrial anual por empregado) em cada gênero industrial e região, tomando como base (100) o mesmo valor registrado para o gênero de alimentação, bebidas e fumo no RS. Os Relativos expressam a relação percentual entre a produtividade em cada gênero da indústria do RS e a produtividade do mesmo gênero em São Paulo ou no Resto do Brasil.

## 6. Considerações finais

No RS, o desenvolvimento capitalista assumiu certas características específicas que configuram uma anomalia no quadro nacional: a) uma dinâmica macroeconômica bastante vinculada aos impulsos endógenos, resultantes de um processo de desenvolvimento por desdobramento e diversificação da própria estrutura produtiva já estabelecida; b) o papel proeminente da economia e da sociedade das colônias como matriz da transição capitalista; c) as referências ideológicas e o padrão de intervenção do Estado regional; d) o processo relativamente lento de formação do mercado de trabalho urbano-industrial, condicionando uma escassez de força de trabalho; e e) um desenvolvimento industrial estreitamente vinculado à produção primária local, com peso mais significativo da pequena propriedade e menor grau de concentração técnica da produção.

Esse modelo regional de desenvolvimento capitalista ficou restrito ao RS, não encontrando semelhança ou analogia com as características do mesmo processo nas demais regiões brasileiras. As distintas trajetórias históricas das regiões brasileiras durante os períodos colonial e imperial foram geralmente marcadas pela primazia das relações econômicas com os mercados externos sobre as transações econômicas inter-regionais. A permanência dessa característica econômica centrífuga durante a Primeira República combinou-se então a uma

nova circunstância histórica: a autonomia política das administrações públicas estaduais. Tais condições favoreceram a diferenciação regional do processo de gestação de relações capitalistas de produção, dando continuidade ao desenvolvimento das diversidades regionais no Brasil.

Em que pese o modelo de desenvolvimento capitalista ensaiado no RS ter apresentado um acentuado dinamismo na fase de sua constituição, não teve como se tornar predominante no País, devido a sua restrita massa econômica e a impossibilidade de romper seu isolamento, irradiando-se e apoiando-se sobre outras bases regionais. As características dinâmicas apresentadas pelo desenvolvimento capitalista no RS referem-se à fase de constituição desse modelo regional, sofrendo posteriormente uma inflexão, quando o processo de desenvolvimento regional encontra seus limites internos e decorrentes da integração capitalista do mercado nacional.<sup>19</sup>

As reduzidas dimensões relativas da economia gaúcha, a restrita massa econômica e pouca sofisticação de sua produção industrial, em comparação com a economia paulista, impossibilitaram que no RS se estabelecesse um processo de crescimento econômico amplamente apoiado na demanda interna, quando o mercado mundial entrou em crise a partir do colapso de 1929. Como se sabe, foi a partir da economia capitalista agroexportadora cafeeira que se estabeleceram as condições do respectivo sistema econômico regional para produzir seus próprios impulsos dinâmicos, deslocando para a demanda interna o dinamismo do conjunto da economia nacional e desencadeando um processo de industrialização regionalmente concentrado (Castro, 1971). O desenvolvimento capitalista no RS não foi capaz de produzir essas condições, nem tampouco de se impor como modelo predominante desse processo em escala nacional. Esse outro capitalismo está inscrito na História como realidade para essa região e como possibilidade descartada na formação nacional. Como realidade histórica, pertence ao passado, mas ainda repercute na diferença regional da sociedade gaúcha, que permaneceu menos desigual, e nas manifestações culturais que marcam a identidade e a vida social e política dos gaúchos em todo o Brasil.

---

<sup>19</sup> Tais limites referem-se ao esgotamento da fronteira agrícola associado à incapacidade de alterar a estrutura de propriedade da terra que preservava o latifúndio no sul. Referem-se também à redução da produtividade agrícola, devido ao desgaste da terra, e às características da própria produção industrial, que dependeria de grande aporte de capitais e tecnologia, não disponíveis na economia regional, para desdobrar-se em gêneros mais complexos e garantir o provimento interno de bens de produção. Essa inflexão da economia regional, que em certo sentido expressa sua desconstituição pela nacionalização do espaço econômico pelo capital (Targa, 1982), não impediu, contudo, que a região cumprisse um papel estratégico na construção nacional, através da provisão das populações que povoaram uma parcela expressiva do território brasileiro, como pequenos proprietários rurais, e através da produção de alimentos, que reduziram as importações nacionais ou geraram diretamente, através das exportações, as divisas necessárias ao processo de industrialização nacional.

### **Bibliografia citada**

- ABREU, Marcelo de P. (org.) (1992). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus.
- ALMEIDA, Pedro F. C. de (1991). Exportações e indústria no Rio Grande do Sul: 1930-74. . **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.12, n.2. p. 349-82.
- \_\_\_\_\_ (1992). A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha: 1870-1930. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.13, n.2. p. 546-77.
- BODEA, Miguel (s.d.). **A greve de 1917**: as origens do trabalhismo gaúcho. Porto Alegre, L&PM.
- CANO, Wilson (1977). **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, Hucitec.
- CARDOSO, F. H. (1977). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTRO, Antônio B. de (1971). A industrialização descentralizada no Brasil. In \_\_\_\_\_ (1971). **Sete ensaios de economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense.
- DALMAZO, Renato (1986). **Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul**: século XIX a 1930. Porto Alegre, FEE (documentos GERPRO n. 68).
- FONSECA, Pedro C. D. (1983). **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- \_\_\_\_\_ (1985). A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.15, n.2, p.263-289, mai.-ago.
- FRANCO, Sérgio da C. (1983). **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre.
- HERRLEIN JR., Ronaldo (2000). **Rio Grande do Sul, 1889-1930**: um outro capitalismo no Brasil meridional? Tese de Doutorado em Economia. Campinas, IE-UNICAMP.
- HERRLEIN JR., Ronaldo, DIAS, Adriana (1993). Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. **Ensaio FEE**, (14)1:255-298. Porto Alegre, FEE.
- LAGEMANN, Eugênio (1985). **O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- \_\_\_\_\_ (1999). A História do Sistema Financeiro no Rio Grande do Sul e no Uruguai dos primórdios até 1931: uma comparação. In: **Anales** Segundas Jornadas de Historia Económica. Montevideo, julio de 1999.
- LEVINE, Robert (1977). O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. in: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro, Difel. v.2, t.3.

- LOVE, Joseph L. (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo, Perspectiva.
- \_\_\_\_\_ (1982). **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937. São Paulo, Paz e Terra.
- PESAVENTO, Sandra (1988). **A burguesia gaúcha**: dominação do capital e disciplina do trabalho, RS 1889-1930. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PEREIRA, Paulo R. D. (1996). As políticas de gasto público dos Estados e a promoção do desenvolvimento. In TARGA, Luiz R. P. (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: população (1930) Rio de Janeiro.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Darcy (1995). **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Cia. das Letras.
- SANTOS, Corcino M. (1984). **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul**: século XVIII. São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, Fundação Nacional Pró-Memória.
- SINGER, Paul (1977). Porto Alegre. In \_\_\_\_\_ (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional.
- SOUZA, P. R. (1973). **Un modelo primário exportador regional**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Trabajo de seminario para optar al grado de Magister en Ciencias Económicas. Santiago, Fac. Eco. Pol/Universidad de Chile.
- TARGA, Luiz R. P. (1982). **Ensaio sobre a totalidade econômica**. Porto Alegre, FEE.
- \_\_\_\_\_ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre, FEE.
- \_\_\_\_\_ (1996a). As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil. In \_\_\_\_\_ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- \_\_\_\_\_ (1996b). Permanências na longa duração. In \_\_\_\_\_ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- TARGA, L. R. P., RIBEIRO, P. S. S., HERRLEIN JR. R. (1998). O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In TARGA, L. R. P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- TEJO, Limeira (1939). **A indústria rio-grandense em função da economia nacional**. Porto Alegre, Globo.